



Crédito Consignado: Implicações socioeconômicas na estrutura familiar da população idosa

Eiomar P. de Souza¹
Inês J. Machado²
Ivete N. Caires³
Naiara B. de Bastos⁴
Vinicius P. Frizanco⁵
Rafaela M. Gomes⁶
Dulce Teresinha Hainek⁷

Palavras chave: Crédito consignado, Direitos Sociais, Idoso.

Introdução: Nos últimos anos, o acesso ao crédito tem se tornado cada vez mais popular, especialmente o crédito consignado, caracterizado pela facilidade de acesso. Nesse sentido, os aparelhos midiáticos cumprem um papel fundamental, enaltecendo-o, como se o mesmo fosse uma espécie de “formula mágica” para as mais diversas finalidades de ordem econômica. Assim, o descumprimento do texto constitucional que no seu artigo 7º inciso IV, que trata dos direitos sociais, prevê um salário mínimo que seja capaz de suprir as necessidades básicas para a subsistência do ser humano, legitima o surgimento de formas alternativas que se materializa na ineficiência do Estado em garantir tais direitos. É nesse cenário que se insere uma parcela significativa da população idosa, cujas fragilidades não se limitam aos aspectos físicos, inerentes ao processo natural de envelhecimento humano. Nesse contexto, o fator econômico constitui um agravante na condição social na qual o referido público se insere. Diante do exposto, o presente trabalho objetiva analisar os impactos socioeconômicos, bem como, estes interferem na vida dos idosos. Nesse sentido, (NERI, 2005) afirma que os avanços dos mecanismos legais de proteção do idoso, como por exemplo, a criação do Estatuto do Idoso não se efetivou alheio às pressões de segmentos organizados da sociedade sobre os representantes políticos da nossa sociedade, demonstrando um claro conflito de interesses entre as classes sociais, no qual, as conquistas sociais se vinculam com o poder de organização daqueles que demandam a proteção do Estado.

Metodologia: Nesse estudo optou-se pela pesquisa bibliográfica, cuja abordagem é qualitativa, constituindo o método utilizado. Nesse sentido GIL (2002) salienta que a metodologia consiste na descrição dos procedimentos que serão adotados pelo pesquisador no decorrer da pesquisa, tais como, tipo de pesquisa, se a mesma será exploratória, ou descritiva, ou seja, todos os aspectos relevantes para a condução investigatória, assim como, a forma com que os dados coletados serão interpretados pelo pesquisador.

Conclusão: Diante das circunstâncias adversas pelas quais passam os indivíduos ao longo de sua trajetória, a ineficiência do poder público em responder as demandas sociais, apresenta-se como fator crucial no processo que potencializa a precariedade que acompanha os indivíduos em todas as fases de suas vidas, inclusive na velhice. É nesse contexto que as insuficiências dos serviços públicos, tais como: saúde; habitação; lazer; ou seja, todos os serviços essenciais para a manutenção da dignidade humana na sua totalidade. Logo, existe uma relação dialética e indissociável entre as condições sociais favoráveis à degradação dos sujeitos dentro do modo de produção capitalista, na qual, Estado e mercado participa de forma efetiva na produção e reprodução das relações sociais na órbita capitalista. Assim, diante das projeções feitas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acerca do envelhecimento populacional no Brasil, mostram um aumento considerável no número de pessoas com sessenta a sessenta e quatro anos, passando de 4.513.522 idosos no ano 2000, atingindo o número de 15.139.410 pessoas dentro dessa faixa etária até o ano de 2050, revelando assim a necessidade de políticas públicas capazes de acompanhar essas mudanças, proporcionando os meios necessários para uma velhice em condições dignas.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

¹ Acadêmico do 5º período do curso de Serviço Social do CEULJI/ULBRA. eiomardesouza@gmail.com

² Acadêmica do 6º período do curso de Serviço Social do CEULJI/ULBRA. inesjmachado@hotmail.com

³ Acadêmica do 6º período do curso de Serviço Social do CEULJI/ULBRA. ivete_novaes@hotmail.com

⁴ Acadêmica do 6º período do curso de Serviço Social do CEULJI/ULBRA. naiara_nicolly@hotmail.com

⁵ Acadêmico do 6º período do curso de Serviço Social do CEULJI/ULBRA. viniciusfrizanco@gmail.com

⁶ Professora Mestre do curso de Serviço Social do CEULJI/ULBRA.



GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NÉRI, Anita Liberasso. **As políticas de atendimento aos direitos da pessoa idosa expressas no Estatuto do Idoso**. *In*: Revista A TERCEIRA IDADE. Volume 16, nº 34 – outubro de 2005.

Bibliografia 3